



/4

Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE JANEIRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

Curitiba, 11 de janeiro de 1996.
Of. 011/96-GS SETR

Senhor Presidente.

Externamos nosso agradecimento pelo apoio recebido desta Casa de Leis, através do Requerimento aprovado em 05 de dezembro de 1995 quanto as decisões a serem tomadas no âmbito da Administração Estadual em relação à construção da ponte sobre o Rio Paraná em Guaíra.

Em respeito ao documento recebido, sentimo-nos no dever de levar ao conhecimento de Vossa Excelência as providências que serão adotadas para a conclusão daquela obra, de importância estratégica ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Paraná.

Permitimo-nos iniciar com um breve relato histórico dos fatos que geraram impasse, obrigando a Administração Estadual a importante tomada de decisão sobre o evento em questão.

Em decorrência de ato licitatório de 19 de novembro de 1993, nos termos do Edital de Concorrência nº 035/93, a empresa Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia, foi contratada para executar um complexo de pontes sobre o Rio Paraná, nos Municípios de Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS), com prazo de 720 dias, a partir da Ordem de Serviço expedida em 10 de janeiro de 1994.

Não tendo sido buscada previamente a aprovação da obra junto à Marinha Brasileira, a qual regulamenta a navegação em águas fluviais, e aprovação do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, iniciaram-se uma série de constrangimentos à execução normal da obra, principalmente por ocasião da primeira paralisação, datada de 11 de abril de 1994, por determinação exclusiva da Capitania dos Portos de Foz do Iguaçu.

Esta paralisação foi contornada precariamente, através de uma autorização parcial para que a obra prosseguisse até a extensão de 1000 metros a partir da margem esquerda, tendo sido a mesma reiniciada vinte e três dias após, mais precisamente no dia 03 de maio de 1994.

Em que pese o reinício das obras na Margem Esquerda (PR), na Margem Direita (MS), as obras não foram iniciadas pela falta de acesso, cuja providência cumpria ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, por força de convênio firmado. Além disto, o projeto de execução nesta margem, só foi liberado, parcialmente, em dezembro de 1994, embora tenha a empresa solicitado para abril daquele ano, a fim de não haver atrasos dos serviços.

Esses atrasos levaram a empresa contratada a solicitar, desde 26 de outubro de 1994, a recomposição dos preços contra-

tuais, baseada não apenas nas paralisações que ocorreram de fato e na impossibilidade de ataque à margem direita, mas também na alteração dos projetos, passando a usar, contrariamente ao licitado, o sistema de rissagem e perfuração de rochas pelo sistema Wirth, com treliça de 450 toneladas construída para aquele fim específico, além de estacas pré-moldadas e também vigas pré-moldadas deslizantes, nada disto previsto no contrato.

Em 23 de dezembro de 1994, embora não houvesse um novo embargo da Marinha, a obra foi novamente paralisada na Margem Esquerda por não possuir a necessária autorização para continuidade da obra além dos 1000 metros autorizados precariamente. Na Margem Direita, não havendo impedimento de natureza legal, existiam impedimentos de natureza técnica, ou seja, a necessidade da transposição de uma margem para outra da fábrica de pré-moldados, ou, a transposição fluvial de vigas de aproximadamente 80 toneladas com todos os guindastes necessários, o que tecnicamente era inviável, pois o custo desta operação não compensaria a frente de trabalho de apenas três meses dos serviços liberados pela Marinha para a Margem Direita.

Esses fatos determinaram a ação do atual governo, recém empossado, em primeira etapa, a conseguir as devidas autorizações legais.

Após 6 meses de exaustivos contatos, envolvendo a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Administração da Hidrovia do Rio Paraná, Ministério dos Transportes e Ministério da Marinha, foi obtida a autorização para prosseguimento em 03 de julho de 1995.

A empresa contratada porém, vendo prejudicados seus interesses contratuais, em 29 de junho de 1995, através de NOTIFICAÇÃO JUDICIAL, buscou constituir em mora o Departamento de Estradas de Rodagem.

Aquela autarquia buscando futura defesa de seus direitos, efetivou o competente CONTRAPROTESTO, eis que outro caminho não lhe restava no momento, determinando entretanto a abertura de procedimento interno para o esclarecimento da questão. A este propósito, permitindo-nos transcrever ~~paracer~~ do renomado jurista paranaense, Professor Marçal Justen Filho:

"Ao promover o contraprotesto, o DER/PR atentou para o princípio da indisponibilidade do interesse público. Em virtude desse princípio, a Administração Pública não pode omitir-se na defesa de seus bens e direitos. A dúvida acerca da sua própria razão não é fundamento para a inércia da Administração. Por princípio e por cautela, o DER/PR estava obrigado a promover o contraprotesto, nos termos que o promoveu. Porém o princípio da moralida-

de impunha ao DER/PR o dever de adotar conduta posterior, destinada a verificar a procedência ou não do conteúdo da notificação. Por isso o DER/PR atuou nos termos mais escorreitos, quando após o incidente do contraprotesto, promoveu procedimento administrativo interno. Determinou investigação dos fatos narrados na notificação e das teses jurídicas versadas. Mais ainda, contratou empresa idônea e não sujeita a qualquer influência de eventual espírito de corpo para a tarefa em condições para atuação imparcial. A auditoria produziu a revelação de fatos até então desconhecidos dos agentes administrativos. Verificou a procedência de alguns pleitos e a improcedência de outros. Enfim, cumpriu a função a que estava predeterminado. O DER/PR passou a deter informações completas acerca dos fatos ocorridos. Ora, se tais informações demonstravam a improcedência parcial dos termos do contraprotesto, era dever retificar sua anterior manifestação. O princípio da moralidade, uma vez mais, impunha-lhe o acolhimento da versão correta dos fatos e a retificação daquela manifestação adotada por cautela. Se o contraprotesto era providência acautelatória indispensável, a instauração de procedimento administrativo para averiguar as ocorrências, se impunha como derivação do princípio da moralidade. Em suma, a conduta adotada pelo DER/PR atendeu precisamente aos princípios constitucionais disciplinares da atividade administrativa do Estado. Mais ainda, seria desejável que esse exemplo frutificasse e viesse a impor-se como modelo na atuação do Estado Brasileiro".

Esclarecidos os termos à que levaram a Administração a contratar empresa consultora, e posterior adoção de medidas para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, abandonando a tese de sua rescisão por inadimplemento culposos, previstos na Lei 6.666, recorremos novamente a opinião do eminente jurista sobre esta alternativa:

"Essa opção infringiria o princípio da moralidade e caracterizaria desvio de poder. É que os trâmites administrativos internos demonstraram a ausência de inadimplemento do particular. O ato de rescisão caracterizaria uma espécie de punição ao particular por ter-se recusado a ignorar os defeitos da atuação administrativa. A decisão de rescindir o contrato por inadimplemento do particular provavelmente desaguardaria em litígio judicial, cujas perspectivas seriam pouco promissoras para o DER/PR. As conclusões obtidas pela consultora independente seriam ratificados no curso da instrução processual. A extensão da indenização poderia ser ainda maior do que o montante encontrado na via adminis-

trativa e eventualmente negociado com o particular. O DER/PR poderia optar pela anulação do contrato reconhecendo ter a licitação se desenvolvido sem o completo preenchimento dos requisitos legais. Essa solução conduziria ao expresso reconhecimento pelo DER/PR de uma atuação defeituosa. Tornaria líquido e inquestionável o direito do particular em ser indenizado".

Restou portanto ao DER/PR, como única alternativa compatível com os princípios disciplinadores da atividade administrativa, a possibilidade de aditamento ao contrato original, restabelecendo-se o equilíbrio econômico-financeiro, recompondo-se os preços e os custos excepcionais com que a empresa contratada arcou. Esta solução pode ser sumarizada da seguinte forma:

- 1) Valor dos serviços pagos em Reais (de 01/04/94 a 31/12/94).....R\$ 4.560.566,14
- 2) Saldo dos serviços a realizar conforme planilha consolidada com preços contratuais realinhados e inclusão de novos serviços.....R\$ 13.535.020,55
- 3) Valor dos serviços realizados de 11/01/94 a 31/12/94 e não pagos...R\$ 786.720,81
- 4) Valor dos serviços realizados e medidos (correção URV).....R\$ 1.626.774,48
- 5) Valor consolidado da recomposição do equilíbrio econômico do contrato, relativo a disponibilidade de equipamentos, mão-de-obra e despesas indiretas.....R\$ 4.485.024,70
- 6) Valor do contrato atualizado.....R\$ 24.994.106,68

Obs.: O valor do contrato originalmente assinado acrescido da correção monetária do período, inclusive a diferença da URV, atingiria o montante de R\$ 19.290.654,67, em 30.06.95.

O aditamento do contrato original na forma proposta, efetivamente demonstra que a Administração Pública resolve a pendência contratual de forma mais vantajosa para o erário público. Isto porque a legislação que regula a matéria assegura uma indenização à contratada, tanto no caso de rescisão, quanto no caso de anulação do contrato. Mais uma vez, permitimo-nos transcrever o posicionamento jurídico do ilustre Professor Marçal Justen Filho, a saber:

"Antes de tudo, deve ter-se em mente que este pagamento não deriva de solução

negociada. Qualquer que seja a opção escolhida pela Administração para resolver o problema examinado, a composição das verbas aludidas será inevitável - simplesmente porque não há como o DER/PR furtar-se a isso. Se isso não se dispuser amigavelmente, o poder judiciário o compelirá tanto compulsoriamente. Portanto a recusa de pagar amigavelmente os valores localizados poderia apenas fundar-se na concepção de remeter a futuros governantes o encargo de arcar com o problema. Enfim, estar-se-ia diante da antiga - e rigorosamente inconstitucional - prática administrativa de remeter ao sucessor o peso de enfrentar condenações judiciais elevadíssimas e extremamente onerosas... A questão jurídica fundamental não reside, portanto, na discussão acerca de existência (ou não) de inadimplemento por parte do DER/PR. Ainda

Curitiba, quinta, em 11.01.96

quando se reconheça que ele não ocorreu, o particular contratado continuará a fazer jus aos mesmos valores - tão somente porque manteve, durante todo o período, equipamentos e mão-de-obra imobilizados para execução do contrato".

Desta forma, os argumentos apresentados evidenciam que o aditivo contratual proposto é a única solução que permite o imediato reinício desta obra de grande importância para o Estado do Paraná, além dos inquestionáveis benefícios sociais que advirão da integração dos dois Estados.

Atenciosamente,
(aa) DENI LINEU SCHWARTZ
Secretário de Estado dos Transportes
LUIZ ALBERTO KUSTER
Diretor Geral do DER